

TCU aponta risco de fraude no sistema de saúde

José Paulo Lacerda/AE—19/4/93

Relatório da inspeção realizada no extinto Inamps indica a necessidade da instalação de um sistema independente para coibir distorções e critica a falta de fiscalização da ação de Estados e municípios

ANTONIO MARCELLO

BRASÍLIA — O Brasil poderá ser obrigado a conviver com novas fraudes contra o Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto não for estabelecido um eficiente sistema de fiscalização e controle interno, desestruturado desde o governo do ex-presidente Fernando Collor. A conclusão é do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcos Vilaça, que, no relatório consolidado das inspeções extraordinárias realizadas no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Presidência (Inamps), afirma ser urgente a instalação do Sistema Nacional de Auditoria, independente e capaz de coibir fraudes e outras distorções de ordem administrativa.

O relatório de Vilaça traça um quadro sombrio da situação da saúde pública no Brasil e condena a proposta de reforma administrativa existente no Ministério da Saúde, que não prevê fiscalização da ação de Estados e municípios no SUS e vincula o Sistema Nacional de Auditoria à área de planejamento e programação orçamentária do ministério, tirando do órgão "a autonomia e a independência necessárias para seu desempenho".

O secretário nacional de Saúde, Carlos Mosconi, responsável pelo SUS, concorda com a necessidade de aprimoração do controle interno, mas acredita que as auditorias fiscal, contábil e financeira têm de ficar com o próprio TCU. "Não há como sobrecarregar o Ministério da Saúde com esse tipo de trabalho, que não tem estrutura para isso, disse Mosconi. "Temos de dar a maior força possível à auditoria mé-

dica", afirmou, referindo-se ao trabalho de fiscalização dos procedimentos médicos. Segundo Mosconi, desde que os trabalhos de auditoria médica foram informatizados, o SUS conseguiu economizar. Como exemplo, o secretário afirmou que no período de 1990/1991 os gastos do SUS com órteses e próteses giravam em torno de US\$ 25 milhões por mês. "Em alguns meses, esse valor ultrapassou US\$ 40 milhões", acrescentou. "Hoje, embora tenha aumentado o número de cirurgias, os gastos caíram para US\$ 5 milhões mensais."

**INVESTIGAÇÃO
QUE ORIGINOU
DOCUMENTO
FOI REALIZADA
ENTRE 28 DE
MARÇO E 7 DE
MAIO**

Campanha — O relatório com solidão apresentado pelo ministro Marcos Vilaça, e aprovado pelo plenário do TCU, foi preparado após uma inspeção extraordinária no extinto Inamps, realizada entre 28 de março e 7 de maio deste ano. Ne-la, foram examina-

das todas as denúncias de fraudes existentes contra o Inamps. Baseado nele, o TCU decidiu, por unanimidade, determinar que o Ministério da Saúde realize ampla campanha institucional para que a população conheça seus direitos à saúde e seja estimulada a exercer um controle social sobre o SUS.

Além disso, os ministros decidiram determinar ao ministério que substitua o atual sistema de pagamento aos hospitais e clínicas particulares e conveniadas, realizado por intermédio de Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e de Unidades de Cobertura Ambulatorial (UCAs) que, segundo o relatório, é bastante vulnerável às fraudes. A determinação do TCU já vinha sendo examinada pelo ministro Henrique Santillo, que vai propor o fim das AIHs e das UCAs.



Carlos Mosconi, secretário nacional de Saúde: "Temos de dar a maior força possível à auditoria médica"